

REVITALIZAÇÃO DA LÍNGUA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA: A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA DAS VOGAIS¹

Consuelo de Paiva Costa*
(UESB)

Jadson de Carvalho Borges**
(UESB)

RESUMO:

Este trabalho pretende apresentar e discutir o andamento do processo de revitalização da Língua Tupinambá da comunidade de Olivença, Bahia. Para isso, torna-se necessário compreender a trajetória histórica que fez com que esse povo fosse obrigado a abandonar a língua indígena, que luta para retomar agora. Apresentamos, aqui, a convenção ortográfica das vogais, feita por meio de uma assembléia democrática realizada com a assessoria lingüística do G-Indy (Grupo de Estudos em Línguas Indígenas), reunindo os índios na Escola Estadual Tupinambá de Olivença a fim de que elegessem as letras que melhor representariam os sons da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas; Tupinambá; Fonologia.

INTRODUÇÃO

Os Tupinambá de Olivença vêm sofrendo perseguições políticas e militares desde o período colonial. Por volta de 1560, ainda quando Mem de Sá era governador interino da Bahia, no episódio conhecido

¹ Esta pesquisa tem como entidade financiadora a Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia). Agradecemos à Fapesb pelo fomento, sem o qual, este trabalho não seria possível.

* Doutora em Linguística pela Unicamp, professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Uesb, campus de Vitória da Conquista.

** Graduando do V semestre do curso de Letras Modernas da Uesb/VC e bolsista de IC/Fabesp.

como “batalha dos nadadores”, com o aval do Estado, houve uma grande matança dos indígenas em Olivença. Porém, a investida crucial do Estado contra este grupo indígena ocorreu nos anos de 1930, quando o Brasil era governado por Getúlio Vargas. Na ocasião, o Massacre do Cururupe deixou a população quase que inteiramente dizimada, e os poucos que fugiram e refugiaram-se na mata tiveram que abandonar sua língua e cultura para evitar a morte. Agora, mais de setenta anos depois, fortalecidos e empenhados em retomar sua cultura, sua língua e suas terras roubadas, os Tupinambá de Olivença querem transformar a escola “Sapucaeira” em uma escola bilíngue, pois entendem a língua como um importante fator de identidade cultural.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada nesta pesquisa consiste basicamente no estudo da língua Tupinambá e na assessoria lingüística a esta comunidade indígena. Utilizamos como fontes bibliográficas os trabalhos tradicionalmente conhecidos na área, entre descrições gramaticais e fonológicas, métodos de ensino e dicionário desta variedade lingüística que, hoje em dia, conhecemos como Tupi Antigo, entre elas: Anchieta (1595/1990); Figueira (1687/1878); Ayrosa (1938); Barbosa (1956); Navarro (2005), além dos trabalhos do linguísta Aryon Rodrigues, o qual não pode ficar de fora quando o tema é língua Tupi.

O trabalho prático é realizado por meio de entrevistas com os índios mais idosos, ainda “lembrantes” de sentenças e palavras da língua, o que contribui para que seja retomada a língua Tupinambá como era realmente falada na região, com suas especificidades dialetais que a diferenciam do Tupi tradicionalmente descrito nas “Artes de Gramática”, o que atende a um pedido da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro passo no processo de retomada lingüística foi a reunião de representantes e membros da comunidade para convencionar-se ortografia única para a língua. Nessa assembléia, os índios elegeram quais letras melhor representariam os sons da língua. Para cada som foi apresentada uma lista das possibilidades de ortografia/escrita retomando os diferentes autores, apontando-se as vantagens e desvantagens de cada escolha e levando-se em conta, em todos os casos, as necessidades da escola e do ensino da língua Tupi.

A Convenção Ortográfica Tupinambá possibilitou a resolução dos principais problemas enfrentados na escola com relação às ortografias divergentes encontradas nas obras, escritas desde o período colonial, sendo um passo crucial para a convenção de uma escrita unificada. Em relação às **vogais**, escolheram-se as letras *A, E, I, O, U, Y*: “Y” representa a chamada “sexta vogal” vogal central alta não-arredondada [é]. As vogais médias (tanto a anterior quanto a posterior) apresentam a especificidade de realização, no mais das vezes, como médias-baixas [E], [O], principalmente em posição de acento. O til (~), notação gráfica de **nasalidade**, será marcado somente na sílaba tônica (como em “Tupã” – *deus do trovão*), apesar de todos os sons soantes da palavra fonológica sofrerem espalhamento de nasalidade e realizarem-se, na superfície, como nasais); o **hífen** não será usado para separar morfemas de flexão de pessoa nos verbos, ou outros afixos, verbais ou nominais (uso comum em alguns registros do Tupi), como por exemplo, na conjugação ‘*eu ando*’, para a qual escreve-se “agwata”, ao invés de “a-gwata”, já que uma ortografia “morfológica”, nestes termos, não é desejável; finalmente, a notação do **acento gráfico** passa por uma reavaliação no momento: a opção inicial da comunidade (de marcá-lo somente nas palavras paroxítonas, já que a maioria é oxítona, marcando-se, portanto, a exceção, não a regra), não se tem mostrado produtiva em sala de aula, pelo fato de a comunidade não ser mais falante da língua

Tupi e ter por comparação inevitável o sistema de acentuação gráfica do português, sua língua materna e na qual é alfabetizada.

Uma vez que a língua é uma entidade social, ela deve ser uma manifestação da identidade cultural dos falantes, o que viabilizará e facilitará e processo de implantação da escola bilíngue. Lembrando uma observação de J. Berry (1968, p. 737) *“um alfabeto, para ser bem sucedido e ter um uso efetivo, precisa ter validade lingüística e social.”*

CONCLUSÕES

Conclui-se que a ortografia de uma língua, especialmente a de línguas indígenas, tem que priorizar, além dos critérios lingüísticos em si (oposições fonológicas, alofonias etc), critérios como a validade didático-pedagógica, a validade social e até mesmo a estética, para “funcionar”, de fato, como uma ortografia socialmente relevante e possibilitar o ensino bilíngue efetivo.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, José de. **Arte de gramática da lingoa mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990. Ed. Fac-similar à de 1595.
- ANÔNIMO. **Dicionário da língua geral do Brasil**. publicado por Júlio Platzmann: Leipzig, 1896. Cópia disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.
- AYROSA, Plínio. **Vocabulário na língua brasílica**. São Paulo: Dep. De Cultura, 1938. Cópia disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.
- BARBOSA, A. L. **Curso de tupi antigo**. Rio de Janeiro: São José, 1956.
- BERRY, J. The making of alphabets. In: FISHMAN, J. **Readings in the sociology of language**. Paris/New York: Mouton Publishers/The Hague, 1968.

COULMAS, Florian. **The writing systems of the world.** Basil Blackwell, 1990.

DIAS, Gonçalves. **Dicionário da língua tupy chamada lingua geral dos indígenas do Brazil,** Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858.

FIGUEIRA, Luis. **Gramática da lingua do Brasil.** Leipizig: B.G. Teubner, 1878. Fac-similar à edição de 1687, cópia disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

FOUCAMBERT, Jean. **A criança, o professor e a leitura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

OLSON David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura, escrita e oralidade.** 2^a ed. São Paulo: Ática, 1997.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de tupi antigo.** 3^a ed. São Paulo: Global, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. As Consoantes do Proto-Tupi. In: CABRAL, A. S. A. C e RODRIGUES, A. D. **Línguas e culturas tupi.** Campinas: Curt Nimuendajuú/Brasília: LALI/UNB, 2007. v. 1,